



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS  
CAMPUS DE ERECHIM  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PATRICIA GOLLO

MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM -RS

ERECHIM  
NOVEMBRO DE 2015

PATRICIA GOLLO

MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr.: Émerson Neves da Silva

ERECHIM-RS  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que é o responsável, que permitiu eu chegar até aqui.

Agradeço a minha família pelo apoio.

Agradeço ao meu Orientador. Prof.Dr. Émerson Neves da Silva pela dedicação.

**Resumo:**

O presente estudo tem por objetivo, verificar de que forma ocorreu o processo de modernização da agricultura no município de Erechim-RS, no período que compreende as décadas de 1960 e 1970, pretende-se também verificar quais os impactos causados pelas técnicas adotadas para que modernização nesta região acontecesse. Para dar conta do que foi proposto, será mostrado o processo de Colonização no município de Erechim, assim como suas principais características, geográficas e sociais. Posteriormente, será analisado o processo de modernização agrícola no Brasil, modernização que surge com o discurso de melhorar a vida do agricultor através de novas técnicas de plantio, sementes com melhoramento genético, com a introdução de maquinários, com fácil acesso á créditos entre outros benefícios que o produtor teria direito de usufruir ao optar pela utilização dos modos de produção modernos. E, a partir disso, demonstrar como este processo ocorreu neste município, através da coleta e análise de dados.

**Palavras-Chaves:** Agricultura. Modernização. Impactos.

## ABSTRACT

This study have the objective at checking how occurred the agricultural modernization process in the city of Erechim-RS, in the period that comprised the 1960s and 1970s, also be intended to verify the impacts caused by the techniques adopted for modernization in this region did occurred in that time. To carry through what was proposed, it will be shown the process of colonization municipality of Erechim, just like their main characteristics geographical and social. After that will be analyzed the process of agricultural modernization in Brazil, modernization that comes with the speech of improving the lives of the farmer, through new planting techniques, seeds with genetic improvement, with the introduction of machinery, with easy access to credit and other improvements that the producer would be entitled to enjoy by opting for the use of modern production And from that, demonstrate with this process occurred in this municipality, through gathering and analysis of data.

Key-words: Agriculture. Modernization. Impacts.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
<b>1 ERECHIM DESDE A COLONIZAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL</b> .....	<b>20</b>
2.1 PAPEL DA REVOLUÇÃO VERDE NA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA .....	25
2.2 O PAPEL DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA .....	28
<b>03 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM-RS</b> .....	<b>31</b>
3.1 COOPERATIVISMO .....	36
3.2 INFLUÊNCIA DO SINDICATO E DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE ERECHIM .....	37
3.3 DADOS CENSITÁRIOS IBGE E ANÁLISE .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

Durante a década de 1960 e 1970 verifica-se uma grande mudança na agricultura brasileira, com a inserção da mecanização e quimificação na produção agrícola alterando-se os modos de produção assim como as culturas cultivadas. É preciso encarar o processo de modernização agrícola, enquanto estratégia de expansão do capitalismo para o campo, em que o próprio estado tinha a intenção de mecanizar a agricultura, visando assim maior lucratividade, investindo em produtos destinados ao comércio externo, para isso o mesmo oferecia crédito para que os pequenos agricultores pudessem financiar suas lavouras assim como adquirir maquinários, adequando-se assim a este novo modelo agrícola que estava surgindo.

Tendo em vista que a terra é utilizada como um instrumento de poder, principalmente pelos grandes latifundiários que detêm este poder, e que é quem controla o capital agrário. Percebe-se que o governo cria políticas beneficentes somente aos grandes produtores e que as leis criadas pelo governo para resolver os problemas da terra, são até os dias atuais adiadas.

A modernização surge com o discurso de melhorar a vida do agricultor, com novas técnicas de plantio, sementes com melhoramento genético, com a introdução de maquinários, com fácil acesso a créditos entre outros benefícios que o produtor terá ao optar pelos modos de produção modernos. Os pequenos agricultores são atraídos pelos créditos ofertados facilmente pelo governo que é um grande incentivador das técnicas modernas, e aos poucos os produtores vão abandonando o cultivo da policultura para dedicar-se somente aos produtos “modernos”.

É importante ressaltar também os prejuízos que a modernização agrícola traz ao meio ambiente, como o uso de adubos químicos que provocam a erosão do solo, a utilização de inseticidas, que causam a poluição do ar e da água, além de prejudicar a saúde do agricultor. BALSAN (2006) ressalta que:

(...) a capacidade de sobrevivência dos pequenos produtores passa a ser determinada pela competição intercapitalista dos mercados de produtos e insumos, na qual grande parte se vê obrigada a abandonar a corrida, confirmando assim, o caráter excludente da modernização no campo.

A estratégia da modernização conservadora diante da inovação tecnológica salientou as características do “modelo” agrícola brasileiro, capitalista, dependente, concentrador, dominador, exportador e excludente. Com a modernização capitalista e com o processo de globalização da economia, cresceu a instabilidade do emprego no campo, onde pequenos produtores, face à insuficiência dos seus meios de produção, necessitaram vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos agrícolas. (BALSAN, 2006)

Com a introdução das técnicas modernas a agricultura deixa de cultivar produtos alimentícios a base de adubos naturais e passa a dedicar-se ao cultivo de um único produto, com isso ocorre uma crise no abastecimento, chegando ao ponto do Brasil precisar importar estes suprimentos destinados a alimentação humana.

No município de Erechim, o processo de modernização ocorreu de uma forma muito desigual, não diferente de outras regiões do país, onde apenas uma pequena parcela dos agricultores conseguiram mecanizar-se e acompanhar este processo, sendo que o restante precisou tomar outro rumo em suas atividades. A falta de infraestrutura inicial foi o que fez com que os colonos produzissem culturas diversificadas para suprir as suas necessidades, sendo que os produtos que não eram cultivados na propriedade como o sal por exemplo, eram adquiridos na cidade em troca de dinheiro ou por excedentes produzidos pelos colonos.

Já no início da década de 1960 a agricultura inicia seu processo de mudança, com o abandono do tradicional, que é caracterizado pelo cultivo da policultura, produzida principalmente para a subsistência do agricultor para a adesão do moderno, com o abandono do cultivo da policultura para o cultivo da monocultura, onde esta parecia ser mais rentável para o produtor, que começa a aderir às técnicas modernas de plantio.

MARTINE (1987) salienta que:

o Brasil se destaca como um dos países onde a modernização agrícola foi efetuada de forma mais acelerada e mais profunda. Mesmo nas regiões em que a produção não foi maiormente afetada, as sequelas da onda modernizadora também se fizeram sentir de forma avassaladora, pois a especulação com a terra, produtiva ou não, fomentou o processo de concentração. Dependendo da visão do analista, o Brasil é apontado como modelo a seguir ou como exemplo a evitar. (MARTINI, 1987)

A formação das pequenas propriedades do município de Erechim se dá devido ao processo de colonização, que será abordado no primeiro capítulo desta investigação, onde os lotes de terras possuíam a mesma extensão onde os imigrantes que se instalaram nestes lotes, produziam para a sobrevivência da família adequando-se as condições que a terra oferecia inicialmente, sendo que esta era muito fértil, o que facilitava a produção dos agricultores.

A ferrovia foi outro fator que teve grande importância para este município, sendo que os imigrantes que aqui chegaram tinham a possibilidade de trabalhar nesta, além de cultivar a terra, sendo que esta foi de fundamental importância para o início da comercialização dos produtos cultivados.

O objetivo geral deste trabalho é verificar quais os impactos causados pela modernização agrícola nesta região, sendo ela, formada por pequenos agricultores, analisar

também quais os impactos que estes sofreram com a adesão deste novo modo de produção, objetivando também demonstrar os principais produtos que os mesmos passaram a produzir.

Para alcançar o objetivo deste trabalho foi realizada a leitura de diversas obras, com a finalidade de entender como ocorreu este processo no Brasil, para posteriormente analisar a situação desta região que é o foco principal desta pesquisa. Foram realizadas pesquisas no jornal “A Voz da Serra”, jornal de circulação na cidade durante décadas estudadas, para verificação de notícias acerca do tema abordado, assim como na “Revista Perspectiva”, deste município, também. Para tornar esta pesquisa legítima foram analisados dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das décadas de 1960 e 1970, a fim de comprovar o processo de modernização agrícola neste município.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro, contextualiza o município de Erechim, desde a sua colonização, mostrando suas características desde então, para melhor compreender como o processo de modernização agrícola inseriu-se nesta região.

No segundo capítulo apresenta-se um panorama geral de como ocorreu o processo de modernização na agricultura brasileira e quais os impactos causados pela mesma, para no terceiro capítulo mostrar como ocorreu este processo no município de Erechim entre as décadas de 1960 e 1970 e quais os impactos causados nesta região.

## 1 ERECHIM DESDE A COLONIZAÇÃO

Como nasce uma colônia? A planta é feita em uma escala pequena. São feitos no papel os desenhos geométricos que orientam os quatro pontos cardeais. No mais atendem às curvas do terreno ou a conformação da terra: a estrada é muito estreita afastada da linha da floresta virgem em alguns quilômetros; a sua direita e a sua esquerda a terra vem dividida em lotes retangulares, geralmente medindo 200-259 de largura e de 1000-1250 de profundidade. [...] No primeiro momento, às vezes por meses, as famílias vivem dentro de um grande barracão de madeira ao centro da colônia, em seguida as famílias recebem o lote de terra.<sup>1</sup>(BRUNELLO, Piero)

A Colonização do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do século XX, foi pensada a partir de uma proposta positivista<sup>2</sup> de acordo com um projeto modernizador, onde a região seria um modelo de produção capitalista inserido na pequena propriedade rural. Neste tempo o Estado estava passando por uma crise no abastecimento de produtos destinados a subsistência e precisava aumentar a produção da policultura, encontrando a solução em um projeto de imigração e colonização baseado em uma filosofia positivista.

Erechim, neste contexto, surge como uma cidade planejada. O Estado tinha como intenção desenvolver economicamente esta região, o planejamento não é somente para a área urbana, mas encaixa-se também à área rural. O positivismo, que para a elite representava a modernidade e justificava também os meios utilizados para alcançá-la, como nos mostra Zanella (2004), implantar o processo de colonização, o Estado, acabou promovendo um processo de exclusão dos índios e caboclos aqui estabelecidos. No caso específico dos índios, apesar de o governo criar reservas indígenas com o intuito de proteger e preservar os nativos, o resultado foi uma discriminação desses povos. Assim, muitos foram expulsos dos territórios que habitavam, tendo como destino a marginalização social, seja no campo, seja na cidade. (ZANELLA, 2004)

Através das Companhias Colonizadoras, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, terceirizava a venda de terras, pois estas Companhias geravam renda para o Estado. Empresas privadas também fizeram parte da colonização de Erechim e desde sua implantação nota-se

---

<sup>1</sup> BRUNELLO, Piero. *Pionieri Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, s/d. p. 91-92. Trad. livre: *Come nasce una colônia? Il progetto si fa a tavolino. Si tracciano sulla carta dei segni geometrici orientati verso i quattro punto Cardinali, senza badare troppo alle curve di livello o allà conformazione Del terreno: una strada molto stretta detta linha, taglia in linea relta La foresta vergine per alcuni chilometri; Allà sua destra e Allà sua sinistra Il terreno viene diviso in lotti di strisce rettangolari, in genere do 200-259 metri di larghezza e 1000-1250 di profondità.[...] In um primo momento, a volte per mesi, Le famiglie vivono dentro um baraccone di legno al centro della colônia, dopo di Che i capifamiglia ricevono Il lotto di terreno.*

<sup>2</sup> A denominação *Positivismo* vem da obra de Augusto Comte, *Filosofia Positiva*, em que o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento de seu país ao longo do século, atribuído à indústria e à elite industrial (grupo considerado esclarecido e capacitado) a responsabilidade pelo progresso econômico – elas deveriam ser também responsáveis pelo controle do Estado.<sup>33</sup> Para Comte, à elite cabia governar, enquanto ao povo caberia trabalhar, pois só o trabalho em ordem é que pode determinar o progresso.(Schmidt, 2009)

uma desigualdade na distribuição de terras, que de acordo com professor Nédio Piran<sup>3</sup>, ao lado Norte, os terrenos eram acidentados e pedregosos onde eram instaladas as pequenas propriedades com cerca de 25 a 50ha. Estas produziam a policultura devido a dificuldade das terras; já ao lado Sul, possuía solos melhores e se desenvolviam grandes propriedades com 200ha ou mais.

Como a região Alto Uruguai foi a última região a ser colonizada, os indígenas e caboclos da região foram se alojando neste local, pois eram expulsos das regiões que anteriormente estavam sendo colonizadas. Com a chegada dos imigrantes europeu, os indígenas mais uma vez foram perdendo suas terras, pois estes eram excluídos da colonização nos moldes que o Estado havia planejado. Como nos coloca Enori Chiaparini:

[...] antes da colonização oficial, as terras devolutas do Estado já eram habitadas pelos índios Kaigangues, pelos bandeirantes paulistas, que acabaram por cruzar-se com os índios, resultando daí o caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX, as matas de Erechim começaram a ser invadidas por foragidos, tanto da Justiça como das revoluções, e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado. (CHIAPARINI, 1997)

Com o intuito de resolver os problemas destes “intrusos” que estavam habitando esta região, o projeto de colonização e imigração foi uma saída. Neste sentido, a fundação e direção da colônia Erechim obedece admirável planejamento da Secretaria de Obras, principalmente através de Carlos Torres Gonçalves, responsável pelo projeto, numa concepção não apenas econômica, mas também em articulação com as necessidades sociais e culturais dos grupos envolvidos. Concebe e impõem a proteção aos nacionais, dissolve litígios, preserva as matas e o meio ambiente, os índios. Localiza a colônia e sua sede levando em conta os meios de transporte (ferrovia), as reservas hídricas e os relacionamento multiétnico.

O tamanho dos núcleos e seus distanciamentos obedecem uma logística de complementaridade não apenas entre os núcleos, mas entre o setor da agropecuária, com serviços urbanos e industrial (CASSOL, 1991)

A partir do século XX estabeleceu-se uma relação entre o imigrante europeu e a nova estrutura fundiária da região, sendo que os colonizadores estruturaram também um modelo de sociedade para esta região.

Jonas Jose Seminotti nos coloca que:

---

<sup>3</sup> Professor de Geografia do departamento de Estudos Sociais da Universidade Regional Integrada – URI-Erechim – RS.

O processo de exclusão foi mais visível para os caboclos diante da falta de reconhecimento da legalidade das áreas que já eram ocupadas antes da chegada dos imigrantes europeus, uma vez que, em geral, tornavam-se agregados ou empregados dos colonos que tinham melhor poder aquisitivo e distanciavam-se da possibilidade da posse da terra, constituindo uma categoria de trabalhadores discriminados econômica e socialmente pelo projeto colonizador.(SEMINOTTI, 2014)

O objetivo da colonização era a formação de uma nacionalidade voltada para a ordem e para o progresso, assim como para eliminar as desigualdades econômicas articulando assim os setores da produção e do comércio.

Em nosso século, atraídos pela fertilidade das terras de Erechim, servidas já então pela ferrovia iniciada em 1904 e pelos imensos pinheirais, começaram a chegar os primeiros colonos, em grande número vindos das colônias velhas, como a preparar ambiente para o imigrante que na velha Europa estava pronto a vir para a América. (CASSOL 1979)

A Colônia de Erechim fundada no ano de 1908, pelo Estado e por Companhias privadas como a Jewish Colonization (ICA) e a Luce Rosa e Cia, que foram as responsáveis pela colonização no alto Uruguai, foi um exemplo de como a colonização era efetuada pelo Governo no Estado do Rio Grande do Sul. A Colônia de Erechim foi criada em 6 de outubro de 1908 por Carlos Barbosa (Presidente do Rio Grande do Sul), a mesma teve sua sede em Capoeira, atual distrito de Erechim. A criação da Colônia Erechim foi implementada pelo Governo do Estado, que estava implantando uma política de colonização e imigração nesta região. Várias foram as Companhias particulares que estiveram presentes neste processo de colonização como por exemplo a Bertei, a Sertaneja, a Luce Rosa, Jewish Colonization, entre outras.(CASSOL, 1979)

Os primeiros habitantes da colônia Erechim são imigrantes das mais diversas etnias, principalmente os descendentes de Italiano e Alemão e dos estrangeiros Russos e Poloneses. Esta imigração se deu antes do início da Primeira Guerra, pois após sua deflagração o governo proíbe a entrada de estrangeiros.(BORDIN, 1999)

Há um verdadeiro êxodo das colônias velhas já muito subdivididas. Eram principalmente descendentes de italianos e alemães que procuravam as novas terras. E do estrangeiro eram principalmente os poloneses e russos que estavam chegando. O elemento estrangeiro deixou de vir em 1914, quando terminou o acordo que o Estado tinha com a União a respeito da introdução do braço estrangeiro e também a grande guerra que se iniciava.

Para avaliarmos o grande número de estrangeiros encontrados na Colônia Erechim, basta dizer que em junho de 1913, conforme Relatório da Comissão de Terras e Colonização daquele ano, o número de habitantes da colônia era de 18.000 pessoas,

das quais 10.000 eram de imigrantes provenientes diretamente do estrangeiro, enquanto que os 8.000 restantes compunham-se de ‘brasileiros’ já estabelecidos antes da fundação da colônia, ou que vieram estabelecer-se depois, e elementos das antigas colônias, sejam velhos agricultores, ou descendentes destes últimos. Deixando de entrar o elemento estrangeiro, e aumentando ainda mais o êxodo das colônias velhas, o elemento italiano foi, aos poucos, superando os de outras origens. Em 1918, ano da fundação do Município, o número de habitantes já era de 35.000. Em média, havia entrada por ano, perto de 5.000( DUCATTI NETO 1961)

Uma característica importante para o desenvolvimento de Erechim foi a mão de obra disponível, advinda dos imigrantes que estavam em busca de melhores condições de vida nesta região, sendo que estes levaram consigo traços das regiões de onde partiram, visíveis nas construções dos imigrantes modernos.

Erechim é considerado um marco da colonização, pois de acordo com Ernesto Cassol no ano de 1950 constituía um dos maiores municípios de densidade populacional através da colonização, tendo um impulso demográfico significativo, devido estar localizado às margens da ferrovia.

No ano de 1909 o Governo escolhe o local onde está situada hoje a cidade de Getúlio Vargas para ser a nova sede da Colônia de Erechim, ficando localizada próximo à estação férrea. Em 1910 ocorre a instalação de aproximadamente 36 colonos, sendo que neste primeiro ano, o número de pessoas passa a ser de 226, divididas em 31 famílias advindas de diversas etnias. Neste ano, apenas 19 pessoas deixam a Colônia permanecendo na mesma 207 pessoas.

Destes imigrantes, vários deles, solteiros, chegaram gravemente enfermos e moléstias contraídas no Amazonas, onde se achavam trabalhando na estrada de ferro Madeira-Mamoré. Em virtude da falta de recursos na sede da Colônia, foram eles encaminhados, pela Comissão Colonizadora, a Passo Fundo, onde foram submetidos a tratamento<sup>4</sup>.

A demarcação de terras da Colônia Erechim inicia-se em 1904 e se deu através da ferrovia, seguindo seu traçado. A ferrovia fora inaugurada no ano de 1910 e atravessava a Colônia Erechim que neste ano fazia parte do oitavo distrito de Passo Fundo –RS. Como nos coloca Ducatti Neto:

Em fins do século XIX e início do XX, o atual território que constituía o 3º distrito de Passo Fundo, nada mais era do que uma densa e impenetrável floresta. Pinheiros de idade avançada e árvores seculares erguiam-se em nossa terra, abrigo de muitas tribos indígenas – os coroados guaranis – que aqui tinham seus toldos e viviam no

---

<sup>4</sup> Guia do município de Erechim 1958

mais profundo primitivismo. Nesse compacto e misterioso emaranhado da selva vicejavam inúmeras espécies vegetais e muitas variedades de animais habitavam o seio escuro e profundo da floresta(WEBBER, 1981)

Sobre a economia da Colônia, Longines Malinowski (Desenhista da Inspetoria de Terras) aponta que entre 1910 e 1912, aproximadamente 1250 colonos receberam pequenos empréstimos, para iniciar suas produções. Em 1910 uma colônia que media em média 250.000 m<sup>2</sup> custava em torno de 500.000 mil réis, já em 1912 esta mesma colônia passou a custar 1.250.000 mil réis. Os colonos trabalhavam nas estradas de ferro recebendo cerca de um mil réis por dia sendo que metade desta quantia era destinada ao pagamento de suas terras. (CASSOL, 1979).

Entre os anos de 1910 e 1912 a Colônia Erechim contou com aproximadamente 7.500 Imigrantes. No ano de 1916 a Comissão de Terras da Colônia que estava situado onde é hoje a cidade de Getúlio Vargas, passa e instalar-se onde hoje é o bairro Paiol Grande da Cidade de Erechim.(CASSOL 1979). A nova sede recebeu muitas atenções sendo que em 1918, com sua emancipação passou a ser também a sede do município de Erechim.

A comissão de terras teve fundamental importância para a criação do município de Erechim, assim também como para os municípios da região, pois era esta que fornecia os mantimentos necessários para os habitantes que ali viviam. A estrada de ferro também foi de fundamental importância, pois é a partir da sua construção que se iniciou a comercialização dos produtos produzidos na região, com o transporte da ferrovia. A característica inicial do município de Erechim era a pequena propriedade rural, os latifúndios não existiam.

O processo de urbanização de acordo com Ernesto Cassol iniciou-se no ano de 1914, a cidade atual contava com: 110 prédios e 1.700 habitantes em 1918, 384 prédios e 2.750 habitantes em 1924 e com 500 prédios e 3000 habitantes em 1926.

**Decreto Nº 2342, de 30 de abril de 1918.**

Eleva a categoria de “município de Erechim”, tendo por sede a Villa Boa Vista, outrora “Paiol Grande”, o território constituído pelo actual oitavo districto de Passo Fundo.

O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição do Estado, artigo 20 n° 15:

Considerando justa a aspiração dos moradores do actual 8° districto de Passo Fundo; Considerando que o Conselho Municipal de Passo Fundo pronunciou-se favoravelmente á elevação daquelle districto á categoria de município e, Considerando que ao Governo do Estado cabe prover sobre a administração do novo município:

Decreta:

Art. 1° - Fica elevado a categoria de município o actual 8° districto de Passo Fundo, com a denominação de “Erechim”, tendo por sede a Villa de Boa Vista, outrora povoado de “Paiol Grande”.

Art. 2° - Os limites do novo município serão do actual município de Passo Fundo, a

saber: “ Partindo da Barra do Rio do Peixe, no Ligeiro, pelo rio do peixe acima até a parte da sua principal vertente que fica entre os kilometros 405 e 406 da linha férrea, dahi, em linha recta até a cabeceira do primeiro afluente do Rio Teixeira abaixo do Facão, por este ao Passo Fundo, por este ao Uruguay, por esta acima a hora do ligeiro e, por este acima até o ponto de partida.

Art. 3º - O novo município regular-se-a pela Lei Orgânica de Passo Fundo, até que o Conselho Municipal e sua primeira reunião decrete a Lei Orgânica respectiva:

Art. 4º - Vigorará no novo município o actual orçamento do de Passo Fundo, em tudo o que for applicavel, e até que o Conselho Municipal, em sua primeira reunião, vote o orçamento definitivo.

Art. 5º - O Governo do Estado nomeará um intendente provisório que procederá, no menor prazo possível, a eleição do intendente e conselheiros municipaes.

Art. 6º - O território deste município constitue parte integrante da Comarca de Passo Fundo.

Art. 7º - Revogan-se as disposições ao contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 30 de Abril de 1918.(KARNAL, 1926)

### **Preço das Terras – Distribuição, Concessão e venda de lotes.**

Art. 77 – Os lotes medidos para cultura terão a área de 25 hectares, mais ou menos, e o seu preço não será inferior a um real por metro quadrado, fazendo-se o arbitramento segundo a qualidade das terras e a situação.

Art. 78 – O preço dos lotes, arbitrado segundo também a posição e a qualidade, será no mínimo de 20 réis por metro quadrado nos novos núcleos e de 40 réis nas colônias atuais.

Art. 79 – Os lotes rústicos serão concedidos aos colonos recém chegados e, precedendo despachos do Governo, a brasileiros ou estrangeiros com famílias residente no Estado, cujos antecedentes e costumes afiancem o aproveitamento das terras.

Art. 80 – A cada individuo não se concederá área maior da de um lote, salvo os casos adiante especificados ou quando contiguas ao lote houver um sobra insufficiente para construir novo lote ou que não possa ser aproveitada para estabelecimento de outro agricultor.

Art. 81 – Na hipótese do artigo precedente a sobre será concedida ao possuidor do lote a que fica contigua ou, havendo mais de um confinante, repartida entre eles equitativamente, correndo por sua conta a despesa da medição.

Art. 82 – Na medição e demarcação de lotes atender-se-á a pequenas posses porventura estabelecidas antes de 15 de novembro de 1889.

Art.83 – Ao colono que tiver numerosa família, de mais de dez membros, reunidos sob o mesmo teto, para a qual se torne insufficiente a área de um lote rural, poder-se-á conceder outro lote, desde que fiquem contíguos os dois lotes ou separados por distância nunca maior de quilômetro.

Art.84 – Os filhos de colonos maiores de 21 anos, quando constituam famílias próprias, terão direito a concessão de lotes para se estabelecerem separadamente, devendo requerer ao Governo a concessão e exhibir certidão de registro de casamento.

Art. 85 – Os que, seja qual for seu estado civil, tiverem a seu cargo e sob sua proteção pais inválidos, mãe viúva ou pessoas de sua família, poderão obter lotes para cultivarem.

Art. 86 – As terras de um núcleo que não se prestarem para cultura e somente forem próprias para pastagens, depois de divididas em lotes, serão, pelo preço mínimo, concedidas a colonos que tiverem animais ou vendidas a indivíduos que queiram nelas estabelecer-se com criação.

& único – a cada pessoa não se fará concessão ou venda de mais de dois lotes<sup>5</sup>.

De acordo com Jonas Jose Seminotti o imigrante tornou-se colono por se instalar em

---

<sup>5</sup> Estado do Rio Grande do Sul. Terras Públicas, Colonização e Florestas do Estado. Lei nº 28 de 5 de outubro de 1899, e Regulamento Aprovado Decreto nº 313, de 4 de julho de 1900. Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1944. (Extraído do Livro Histórico de Erechim de Ernesto Cassol)

pequenos lotes de terra e os explorou e os cultivou sem a utilização de mão de obra estranha, por isso da diversidade da produção que se tinha inicialmente. Os lotes de terras possuíam em torno de 25 há aproximadamente, devido ao processo de colonização.

Em seus primórdios a cidade de Erechim era conhecida como Paiol Grande, posteriormente passou a se chamar Boa Vista, depois Boa Vista do Erechim, e finalmente ser chamada de Erechim cujo nome dado pelos indígenas Kaingang quer dizer Campo Pequeno

A cidade de Erechim surge, em um momento onde estão ocorrendo grandes transformações não só no Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul, onde terá a implantação da República no país e também a criação dos Estados que substituíram as Províncias da Monarquia. Como os Governos do Estado possuíam autonomia estes iniciaram o processo de desenvolvimento em seus Estados. (SCHMIDT, 2009)

A combinação de vários fatores viabilizou o desenvolvimento da região: mão-de-obra disponível e com alguma qualificação; vinda de famílias e não apenas homens solteiros; a ideia de coletividade. Têm-se, então, cidadãos típicos de uma época dispostos a conseguir aqui o que lhes fora negado em outro continente. O excluído, o excedente, o rejeitado europeu encontra aqui uma possibilidade de melhorar a vida. Assim, esta cidade constitui mais que um aglomerado humano com efeitos sobre os indivíduos, sobre seu trabalho e sobre a vida familiar, mas a oportunidade nova que estava sendo oferecida. (SCHMIDT, 2009, P.14)

Com a chegada dos imigrantes o crescimento da colônia Erechim foi rápido, até porque era a única região do Estado que ainda possuía terras para serem colonizadas, porém havia o problema dos indígenas e caboclos que estavam instalados nesta região e que com a Lei de Terras de 1850 estes posseiros perderam a posse destas terras, pois a mesma somente permitia a obtenção de terras através da compra.

Com a Lei de Terras de 1850 que determinou a concessão de terras públicas apenas para venda, cabendo ao Estado fiscalizar, mas muitos não tinham condições de adquirir estas terras. Quanto aos indígenas o governo demarcou uma pequena área para eles, e um funcionário do Estado os auxiliava em algumas práticas, para que os mesmos não atrapalhassem as práticas de colonização e aceitassem a vinda dos imigrantes para a região, ou seja, este processo de colonização, excluiu os indígenas socialmente.

O Estado valorizava cada vez mais as terras férteis, deixando os povos que ali habitavam cada vez mais de lado, gerando conflitos, pois todos queriam estas terras mais com maior capacidade de produção. Os caboclos não eram tratados da mesma forma que os colonos.

Ficava visível a exclusão dos colonos quando estes não possuíam o reconhecimento

das áreas que ocupavam antes dos imigrantes chegarem a região, sendo que estes, sem terras para trabalhar, acabavam se tornando agregados dos colonos e excluídos socialmente.

Além dos indígenas e dos caboclos a Comissão de Terras encontrou outros problemas nesta região, como a política positivista que via no colono europeu base do progresso, as reservas florestais, a demarcação das terras entre outros. O projeto colonizador facilitou a vinda dos imigrantes europeus para esta região, mesmo com a falta de infraestrutura inicial, sendo que para isso não garantiu propriedade aos indígenas, impossibilitando que cultivassem suas culturas, precisaram trabalhar para os colonos para conseguirem sobreviver, ou seja, a estrutura agrária era baseada na pequena propriedade, e quem possuía posse destas propriedades eram os imigrantes europeus, limitando o acesso à terra dos caboclos e indígenas apenas pelas área demarcadas para os mesmos pelo Estado, ou seja, excluindo-os.

Os colonos de Erechim diferenciavam-se dos grandes proprietários do Sul do Estado por possuírem em média 25ha e por adequarem-se as condições da terra para garantir a sobrevivência da família e conseguir ampliar sua área de terras. Eram assim chamados de colonos por se instalarem em pequenos lotes e explora-los para o cultivo sem a ajuda de mão de obra externa e longe dos grandes centros urbanos, precisavam utilizar a terras da melhor maneira possível, cultivando produtos diferenciados. (SEMINOTTI,2014)

A ferrovia contribuiu muito para a colonização desta região, pois assim os colonos podiam então transportar seus produtos sendo possível comercialização dos mesmos. Este objeto de transporte teve muita importância para os colonos de Erechim, pois assim transportavam seus produtos com um custo menor às regiões que não possuíam este recurso. Seus produtos começaram a serem valorizados assim como também suas terras, desenvolvendo assim suas atividades agrícolas e a região, contribuindo para a expansão do capitalismo.

A estrada de ferro teve grande contribuição para o desenvolvimento de Erechim e para o processo de modernização, pois além de fornecer emprego para os imigrantes também era um meio de transporte mais barato e que permitia que os colonos comercializassem seus produtos, levando os produtos até a capital.

Além de povoar as terras, os colonos precisavam aparelhá-las, adaptá-las para a produção, o trabalho era árduo era preciso manter as reservas naturais, formando assim, as pequenas propriedades. Considerando estas organizações foram sendo criadas pequenas comunidades, onde eram construídas escolas, capelas, áreas de lazer, onde os colonos podiam reunir-se. Esta região era considerada a mais atrasada pois os colonos começavam aos poucos e produziam basicamente para o próprio consumo, sendo seu trabalho totalmente braçal,

primeiramente eram atendidas as necessidades da família, para depois produzir para a comercialização.

O processo de desenvolvimento da colônia Erechim foi lento, devido as dificuldades enfrentadas pelos colonos no início da colônia. Quando os produtos começaram a ser comercializados, os colonos dependiam das outras regiões do Brasil para que negociação acontecesse, esta produção era enviada através do transporte ferroviário, pois não existia consumo destes produtos na região a não ser para a própria família. Começam a surgir aí, então, o interesse em produzir em larga escala produtos que tivessem uma comercialização garantida.

O projeto colonizador pensado para a colônia Erechim baseava-se também na religiosidade e na criação de espaços sociais, exercendo um papel muito significativo na vida dos colonos o que ajudava também nas suas relações sociais, ou seja, o trabalho em comunidade e a religião contribuíram muito para o avanço desta região.(SEMINOTTI)

As unidades formadoras precisavam gerar a própria renda e nem por isso deixaram de submeter-se ao capital, sempre com o objetivo de aumentar sua produtividade, aumentar os lucros para quitar as terras adquiridas e aumentar seus capitais com a compra de novas áreas.

Ao mesmo tempo em que os lotes rurais foram traçados foram também formadas pequenas vilas que poderiam se tornar pequenos centros socioeconômicos. Estas pequenas comunidades eram de grande importância para os colonos, mais que um espaço de lazer, eram também um local onde reuniam-se para discutir os problemas que estavam enfrentando, para reunirem-se para oração, que os impulsionavam para o alcance de seus objetivos e que acabou por formar a identidade destes colonos, que trabalhavam para conquistar um pedaço de terra para nelas produzirem e sobreviver dos produtos cultivados e colhidos. O imigrante europeu era assim chamado por possuir a posse de uma colônia de terra.

As características do modelo econômico e cultural era baseado na pequena propriedade, onde a própria família trabalhava nesta, onde havia valorização da terra como a única forma inicial de obtenção de lucro e sobrevivência das famílias assim como as pequenas comunidades como um espaço cultural de lazer. Com estas características os colonos foram se reproduzindo por várias décadas nesta região.

Os colonos produziam culturas diversificadas e pensavam primeiramente no sustendo da família, para depois produzirem produtos para serem transportados pelas ferrovias para comercialização. Estes modelos de propriedade duraram pelo menos 50 anos, com a preservação destas culturas diversificadas. Assim criou-se uma identidade própria destes colonos.

A partir dos anos 1970 é que começam a haver algumas mudanças no modelo econômico e social destas propriedades, onde os colonos começam a se mobilizar por melhores políticas públicas, começam a lutar por mais direitos, formam movimentos sociais, discutem sobre suas problemáticas e as formas de resolve-la tentando assim interagir com as questões globais e se inserir cada vez mais no mercado capital.

De acordo com Ernesto Cassol a escolha da sede da colônia Erechim foi feita pelo Engenheiro Torres Gonçalves que traçou a planta da cidade tendo como modelo Paris e Buenos Aires, possuindo um traçado geométrico onde possui uma praça central que darão acesso a dez avenidas, possuindo uma influência positivista. A construção das rodovias que dão acesso aos municípios da redondeza todas passam pelo município de Erechim, sendo este o maior centro comercial da região, onde as populações dos municípios que o rodeiam fazem uso do comércio de Erechim.

O município de Erechim está localizado no Norte do Rio Grande do Sul na região Alto Uruguai. É uma cidade de porte médio que conta com uma boa infraestrutura em saúde, educação e distribuição de empregos. Possui centros universitários tanto particulares quanto públicos de Ensino que ajudam na divulgação do município e atraem cada vez mais moradores e que contribuem muito para o desenvolvimento desta região.

Os traços do projeto colonizador de Erechim ficam evidentes até os dias de hoje, pois as características da área rural são baseadas na pequena propriedade, apesar do número de latifundiários se sobressair, sendo que estas pequenas propriedades são baseadas por comunidades, como planejadas inicialmente, ou seja, ainda hoje os traços pensados pela colonização permanecem

## 2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Neste segundo capítulo será abordada a questão da modernização da agricultura no Brasil, enfatizando os seus principais impactos econômicos e sociais, sendo que a terra é utilizada como instrumento de poder na história brasileira, concentrada nas mãos das elites agrárias, determinando o seu poder sobre os trabalhadores.

Argemiro Jacob Brum nos informa que:

No período militar (1964-1984), houve avanços e recuos nos mecanismos institucionais destinados a cuidar da política fundiária brasileira. Os resultados práticos, no entanto, foram quase nulos. Apenas o cadastramento dos imóveis rurais (1972) e posteriores atualizações, a proibição do processo de partilha das pequenas propriedades inferiores ao Módulo e a regularização de posses através da concessão de títulos de propriedade, esta já no governo Figueiredo. Nada mais foi feito que tivesse relação próxima com a Reforma Agrária. (BRUM, p.21.)

Durante a Ditadura Militar a Reforma Agrária foi inviabilizada pelos governos pois o Estado beneficiava os interesses dos grandes fazendeiros, sendo que os programas criados pelos militares para resolver os problemas da terra envolviam corrupção, pois sua política quanto aos assuntos do campo eram sempre favoráveis aos grandes proprietários, sendo que nos discursos a mesma abrangia a classe trabalhadora, mas na prática não era isso que ocorria, ou seja, as políticas adotadas por estes acabavam por intensificar ainda mais as tensões sociais. Como por exemplo: O Estatuto da Terra, uma Lei criada para a reestruturação fundiária, mas que nunca foi aplicada adequadamente. O PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) plano elaborado no governo de Jose Sarney em 1985 mesmo período em que surge a UDR (União Democrática Ruralista) que influenciados pelo governo impede que a implantação do PNRA ocorresse. Entre outros casos em que o governo impede que a Reforma Agrária ocorra.

Em 1964 dentre as reformas de João Goulart (1961-1964) é criado o Estatuto da Terra, (Lei N° 4.504 de 30 de Novembro, de 1964) que é o primeiro documento formal que aborda a questão da Reforma Agrária, mas este foi criado apenas para amenizar os conflitos agrários, pois a parceria dos militares se deu com as grandes empresas, visando o avanço do capital sobre o campo.

De acordo com José de Souza Martins:

Pouco depois do golpe de 64, o governo do Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e a

utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. O Estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial. Ao mesmo tempo, as desapropriações só ocorreriam no caso de conflitos ou de tensão social grave (MARTINS, 1984, p. 22).

O Estatuto da terra foi elaborado de forma a orientar, estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural<sup>6</sup>. O privilegiado no estatuto, não era o camponês<sup>7</sup>, nem o pequeno lavrador, mas sim o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, e que racionaliza suas atividades econômicas de acordo com o capital.

A instalação de grandes empresas<sup>8</sup> no campo está baseada na expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade e o aumento progressivo da economia rural e da produtividade agropecuária. A Reforma já nasceu subordinada a uma política econômica que gera concentração de capital, e é um instrumento que vai garantir o desenvolvimento econômico baseado no grande capital. O Estatuto é uma estratégia do governo para com o campo, uma maneira de desativar os conflitos e as reivindicações sociais.

O processo de modernização na agricultura inicia desde o ano de 1960, que originou muitas transformações na agricultura. A expansão da agricultura com a modernização altera os modos de produção e gera efeitos sob o meio ambiente. Na década de 60 a agricultura já aparecia como capitalista, aderindo a novas técnicas de produção. O estatuto da terra tinha como objetivo a expansão do capitalismo.

A partir da década de 1960 vem ocorrendo uma modernização no campo, com o discurso de maior produtividade e renda para os produtores agrícolas, porém, é importante nos perguntarmos qual é o preço desta modernização, pois se por um lado disponibiliza mais lucratividade para o produtor, por outro temos os impactos ambientais, sociais e econômicos causados por ela, como o desmatamento, a contaminação dos recursos naturais pelos inseticidas utilizados na produção. São os interesses de uma minoria que causaram tantos

---

<sup>6</sup> VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...VETADO... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias. ( **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964** )

<sup>7</sup> Camponês de acordo com o dicionário Aurélio é aquele que habita ou trabalha no campo.

<sup>8</sup> Para o setor agropecuário, existem várias conceituações possíveis de empresa rural, não havendo, porém, uma universalmente aceita. A empresa rural, portanto, é a unidade de produção que possui elevado nível de capital de exploração e alto grau de comercialização, ou seja, um elevado uso de fatores de produção como a terra, as máquinas, os defensivos, etc., tendo com objetivos técnicos a sobrevivência, o crescimento e, sobretudo, a busca de lucro, sendo caracterizada pela exploração da capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agropecuários. ( VIANA, 2011, s/p)

impactos na sociedade.

Sobre o conceito de modernização conservadora o autor Alberto Passos Guimarães nos coloca que “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’ assim chamada porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.” (GUIMARÃES, 1977, p.3)

A partir do ano de 1960 começam a se instalar no Brasil grandes empresas multinacionais, produtoras estas de maquinários e insumos agrícola, estas possuíam o apoio do governo com incentivos através de programas de financiamentos ofertados pelo mesmo.

A modernização na agricultura não afeta somente o processo técnico, mas também toda a organização e o modo das relações sociais de produção. Altera também o modo de utilização do trabalho, onde aumenta o número de trabalhadores boia-fria<sup>9</sup>, os pequenos produtores são expropriados dando lugar às empresas agrícolas. A modernização é a transformação capitalista na agricultura. Graziano Neto (1985) nos mostra que as transformações que ocorreram na agricultura, beneficiou apenas os grandes produtores, assim como os produtos para exportação, sendo que algumas regiões são mais beneficiadas que outras.

O capital estrangeiro assume o comando do processo de industrialização do Brasil. Os países de origem, onde estão as matrizes, com isso, começa a produzir bens de capital (máquinas e equipamentos), tecnologia e o campo financeiro, através de bancos internacionais, já que, dentro da nova estratégia, e economia, principalmente nos países periféricos, será, cada vez mais, movida a crédito externo. Esses três elementos foram decisivos para o controle hegemônico da economia mundial pelos países centrais. (BRUM, 1986, p.61)

Existe muita diferença entre os proprietários, onde ao lado dos grandes estão os pequenos, muitas vezes sem conseguir produzir para a própria sobrevivência, pois as técnicas de produção modernas são destinadas para os grandes proprietários e os pequenos ficam excluídos desta modernização. A agricultura era a maior fonte econômica da época, era uma atividade dominante onde gerava empregos e renda e fornecia alimentos a baixos preços para o setor urbano. Com a expansão agrícola voltada para o mercado externo, os produtos alimentícios sofreram com a modernização, pois foram eliminados da produção ou passaram a ser produzidos em terras de pior qualidade, a partir daí estes produtos passaram a ter baixos

---

<sup>9</sup> O boia-fria ou assalariado rural é o trabalhador que, expulso do campo vai constituir uma massa de trabalhadores temporários residindo nas periferias urbanas. Migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo de diversas culturas.

índices de produtividade, com isso houve uma crise no abastecimento interno de alimentos, e precisou-se importar alimentos.

Com a modernização poucos acumulam capital, a maioria aumenta cada vez mais a miséria, e tem cada vez mais piores condições de vida. Os grandes proprietários, tem acesso a créditos rurais, a financiamentos e são cada vez mais beneficiados, dando espaço às empresas rurais que visam somente o lucro, enquanto os pequenos produzem cada vez menos, pois os pequenos não conseguem créditos para aumentar suas propriedades e produção, não encaixando-se neste modelo.

No Brasil a história agrícola está ligada ao processo de colonização, onde prioriza as atividades econômicas e as grandes propriedades, sendo que a agricultura familiar e os pequenos produtores ficam sempre em segundo plano.

A modernização ocorre primeiramente nas regiões consideradas os maiores centros econômicos, que produzem os produtos mais valorizados para a exportação, enfim que permitiram um processo de modernização. A terra acabou subordinada ao capital.

Graziano coloca que a desigualdade na agricultura se dá em três níveis sendo eles: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais, sendo que as regiões que mais se modernizaram são: o Sudeste e o Sul em especial os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Esta diferenciação regional se dá de diversas maneiras como a psicológica sendo que os agricultores têm muitas incertezas, a econômica, pois não possuem capital para adquirir os maquinários, e a falta de informação/conhecimento que acaba dificultando a expansão do capitalismo.

O êxodo rural ocorreu nas regiões de maior desenvolvimento, onde a modernização aconteceu primeiro. Pois a modernização favoreceu as camadas mais ricas, aumentando assim a pobreza dos pequenos, que sem ter condições de aumentar sua propriedade e os grandes produtores cada vez precisando de menos mão-de-obra acabam trabalhando por salário cada vez mais baixos aumentando assim a pobreza.

A questão fundiária sempre foi de caráter político. É muita gente com pouca terra e pouca gente com muita terra, é uma divisão muito desigual para um país que possui uma quantidade tão grande de terra. A Reforma Agrária foi adiada em vários momentos políticos e históricos importantes, e isso devido a força que os grandes proprietários exercem sobre o Estado.

Ao mesmo tempo que o Brasil é um dos maiores exportadores de café, soja e carne bovina do mundo, não produz alimentos suficientes para a sua população. O que acontece é que a produção econômica deu prioridade para os produtos para exportação, enquanto os

produtos consumidos pela população brasileira, foram esquecidos. A produção dos produtos destinados à exportação subiu muito, enquanto a produção de alimentos caiu cada vez mais. Sendo que com a queda da produção de alimentos estes se tornam cada vez mais caros.

A modernização trouxe com ela o aumento das despesas para os agricultores e o consequente endividamento dos mesmos. A dependência em relação a outros países cresce. O solo esgota-se mais facilmente, a utilização de fertilizantes agrícolas gera problemas com o meio ambiente. Ocorre uma grande perda da biodiversidade a mão de obra rural diminui entre tantos outros problemas que afetam a vida dos pequenos produtores.

Guilherme da Costa Delgado nos mostra que:

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices de tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se a industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. (DELGADO, 1985, p.35)

Na lógica da modernização, ser moderno é aderir ao sistema produtivo, sendo este excludente e concentrador, onde poucos podem fazer uso das inovações tecnológicas. Sabe-se também que a modernização não seria possível sem os programas de financiamento oferecidos pelo governo, sem ajuda para a montagem da infraestrutura, com os programas voltados para a modernização, os programas voltados à pesquisa. O governo quando implantou este modelo moderno sabia que a agricultura teria que acompanhar o modelo industrial que estava surgindo, pois aderiu ao modelo que já estava sendo adotado em outros países como os Estados Unidos por exemplo.

Na visão do governo a agricultura brasileira estava atrasada em relação a outros países e era preciso introduzir métodos mais modernos para que esta avançasse com um considerável aumento na produção, sendo que os produtos produzidos através desta agricultura moderna seriam destinados à exportação.

Almeida nos afirma que:

Os planos desenvolvimentistas oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. (ALMEIDA, 1997, p.40)

As políticas públicas em seus discursos sobre a modernização, colocavam que estas

iriam elevar as condições de vida da população, que as mesmas poderiam aumentar seus consumos. Porém não foi bem isso que ocorreu, sendo que milhares de famílias tiveram que migrar para a cidade, pois não lhes restou outra opção.

De acordo com Graziano da Silva (1996) a modernização pode ser dividida em fases. A primeira seria a transformação da base técnica que foi induzida pelo governo e pelas indústrias estrangeiras, que é quando a força humana e a força animal é substituída pelos maquinários modernos. A segunda, é a industrialização da produção com a implantação das indústrias, onde se inicia o processo de industrialização dos produtos cultivados. A terceira a integração entre agricultura e indústria e a quarta a integração dos capitais financeiros, que com a constituição das agroindústrias o mercado cresce tanto externamente como internamente

Para Graziano da Silva (1981) a modernização foi conservadora e dolorosa, conservadora por beneficiar produtos e áreas e dolorosas pelas contradições sociais ocasionadas pela expansão do capital. O foco estava nos produtos que poderiam ser destinados para a exportação, sendo o objetivo central a lucratividade. Ainda de acordo com o autor o papel dos tecnológicos é fabricar instrumentos apropriados para uma maior produtividade, voltado para o capital, sendo que este privilegia apenas algumas culturas e algumas regiões. É montado um sistema facilitador de crédito para o médio e grande produtor se adequar a modernização e ao cultivo dos produtos destinados á exportação.

A questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 36)

## 2.1 PAPEL DA REVOLUÇÃO VERDE NA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA.

Para os autores Martine e Garcia.

[...] modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores.(MARTINE; GARCIA, 1987, p.61)

A Revolução Verde<sup>10</sup> iniciou na década de 1960 e foi financiada pelo grupo Rockefeller com sede em Nova Iorque, e é um modelo que baseia-se no uso de agrotóxicos e fertilizantes na agricultura. Este modelo juntamente com a modernização que são baseados na mecanização, no uso de fertilizantes, na união entre agricultura e indústria, acarretou problemas para as questões ambientais, como a extinção das espécies, o desmatamento, erosão do solo, proliferação de pragas, poluição da água e do ar entre tantos outros, ou seja, a modernização trouxe com ela e com o discurso de lucratividade, enormes problemas tanto ambientais quanto sociais.

Conforme nos afirma Ross, “O veneno afeta a fauna, pássaros e os peixes desaparecem, rapidamente, das áreas de monocultura, favorecendo a proliferação de pragas, lagartas, mosquitos e insetos em geral.” (ROSS, 2001)

A Revolução Verde causou muitos impactos ao meio ambiente, mas não somente a este, como também para o homem, onde sua saúde é prejudicada, não só pelo manuseio dos agrotóxicos como também pelo consumo dos alimentos contaminados pelo uso dos agrotóxicos. O objetivo da Revolução Verde era desenvolver pesquisas com sementes e fertilização do solo para um aumento da produtividade. As sementes modificadas teriam resistência a pragas e doenças e usadas com o acompanhamento dos fertilizantes aumentaria a produção consideravelmente.

A Revolução Verde enfraqueceu a agricultura familiar, pois antes desta as famílias possuíam uma produção diversificada, não utilizavam insumos em suas produções, e buscavam por pouca coisa no mercado. Depois de adotadas as técnicas da Revolução Verde, e os agricultores iniciarem a utilização dos produtos modificados, este cenário tem uma mudança, pois os produtores passam então a depender do modo de produção capitalista.

Com a Revolução Verde a produção de alimentos aumentou consideravelmente, porém o problema da fome não teve solução, pois toda esta produção estava voltada para a exportação. Os recursos naturais passaram despercebidos com a Revolução Verde, o foco era o crescimento da produção.

Conforme Gomes:

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se se for preciso) nos países chamados de Terceiro Mundo). Em consonância com a teoria da

---

<sup>10</sup> Revolução Verde foi um pacote tecnológico composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos que prometiam viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais. Implantado na agricultura norte-americana desde a década de 30. Esse modelo foi parcialmente aplicado no mundo inteiro. (MARTINE; BESKOW, 1987, p.20)

modernização que era o desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no terceiro mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, á base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas ás agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiaram incrementando seu valor, como para aumentar sua produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres. (GOMES, 2006, P.185)

As políticas do Estado visam apenas modernizar o campo com a aplicação do pacote da Revolução Verde, apesar do discurso ser que a modernização melhoraria o acesso a terra e as condições de vida dos trabalhadores. O que ocorreu com a modernização na agricultura foi somente o desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento social que deveria ocorrer juntamente com o econômico não aconteceu. Almeida nos mostra que fazem parte do desenvolvimento e do progresso da modernização quatro fatores.

[...] (a) a noção de crescimento (ou fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência a montante e a jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

A modernização tomou espaço muito rapidamente em diversas regiões do país. O principal produto que fez parte dos investimentos da modernização foi o soja, pois este possui uma grande demanda no exterior. Porém, estas técnicas modernas além de não atingir todos os produtores também acabaram com a produção das culturas tradicionais, consideradas então, não mais lucrativas. A modernização visava lucratividade sem medir os prejuízos sociais e ambientais que isso causaria.

Os maquinários agrícolas poupam mão-de-obra o que diminui os custos com empregados, ou seja, a preocupação é apenas atender as demandas do mercado, sem preocupar-se com o impacto ambiental que isso irá causar, que esses trabalhadores terão que migrar para a cidade, sendo que muitos destes não possuem nenhuma instrução escolar, o que dificulta a inserção nas indústrias e aumenta o desemprego e a miséria.

Este modelo de modernização ao invés de reforçar uma reforma agrária, acabou reforçando a concentração de terras nas mãos de poucos e a exclusão social. A modernização exclui milhares de produtores que não conseguiram se encaixar, neste modelo sendo que esta minoria são os maiores responsáveis pela produção de alimentos que abastece a população brasileira.

Para Brum (1988) nos países onde ocorreu a Reforma Agrária os resultados da

Revolução Verde foram mais positivos, já no caso do Brasil os efeitos foram negativos tanto econômico quanto socialmente. Para o autor a modernização ocorre de fora para dentro, e o desejo das corporações transnacionais foram atendidos.

## 2.2 O PAPEL DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA

Esse processo de modernização com foco no capital, nos produtos de maior lucratividade e demanda do exterior, foi financiado pelo Estado, através da abertura de créditos para que os produtores pudessem aderir às novas técnicas e assim produzir mais. O estado visava liberar mão-de-obra para as indústrias no setor urbano e com a modernização os pequenos produtores obrigaram-se a se mudar para as cidades em busca de trabalho nas indústrias.

Conforme nos afirma Graziano Silva:

O uso de insumos e equipamentos modernos na agricultura, além de ter agravado a questão ambiental, contribui para o aumento do desemprego no campo, com a transferência do trabalhador rural para a zona urbana, acarretando o inchaço das grandes cidades e a conseqüente miséria dessa população. (GRAZIANO, Silva, 1982, p.77)

Como os pequenos produtores não pudera se adequar a modernização, por não possuírem créditos ou terras o suficiente para aderir a estas novas técnicas, estes migraram para a cidade superlotando-as aumentando o desemprego e a violência, pois os mesmos não tem condições de competir com as novas técnicas implantadas, técnicas estas que excluíam o pequeno campesinato, em nome do desenvolvimento. Como nos complementa Graziano Neto:

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas 'modernas' [...] modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. (GRAZIANO, Neto, 1982, p.26)

Na visão do governo o campo estava produzindo culturas ultrapassadas e que não estavam voltadas para o mercado externo, as técnicas de produção estavam atrasadas e com a modernização e introdução de novas técnicas, além de melhorar o modo de trabalho também teria-se um aumento na produção, com isso o atraso seria superado. O discurso do governo era que a modernização levaria a um aumento na produção e com isso elevaria o padrão de vida dos agricultores, pois estes teriam mais possibilidades de consumo, porém não foi isso que ocorreu, a modernização beneficiou apenas uma minoria, sendo que os pequenos produtores

viram-se obrigados a migrarem para a cidade.

Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Créditos, sistema esse que procurou promover a modernização agrícola, sendo que os créditos eram destinados apenas aos médios e grandes empresários, sendo que somente estes eram considerados a atuar como uma empresa agrícola. Apenas os grandes tinham direito aos empréstimos oferecidos pelo governo, que só eram destinados a quem propusesse trabalhar com tecnologias agrícolas como tratores, herbicidas, fungicidas, etc, tecnologia esta que estava distante do pequeno produtor. Sendo que para conseguir o Crédito Rural precisava comprovar que se era dono da terra, o que tornava impossível para os arrendatários e posseiros<sup>11</sup>.

A modernização significou mais que a mudança do animal pelo trator, mais, que na mudança do adubo dos animais pelos fertilizantes e adubos químicos como nos mostra Francisco Graziano Neto.

Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura vai-se modificando também a organização de produção que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificam-se o uso do “boia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões á organização de produção em moldes empresariais. ( GRAZZINO, Neto, 1982, p.26)

Conforme Graziano da Silva (1985) a modernização da agricultura é a transformação capitalista da agricultura que fica cada vez mais subordinada a indústria. A modernização visa somente o aumento da produtividade e os lucros. O modelo de modernização das décadas de 1960 – 1970 visam um retorno rápido voltado para o capital externo. Sendo que com o endividamento dos créditos rurais oferecidos, os produtores precisavam de uma boa renda para quitar as dívidas, ou seja, o governo fazia com que os produtores dependessem desta cultura moderna para a quitação das dívidas com os financiamentos.

Com a modernização no campo os agricultores estavam inseridos na competitividade do capitalismo onde Jose Graziano da Silva nos afirma que, “para as unidades de produção que não conseguiram de modernizar, não há um futuro promissor” (2000, p.94). O mesmo ainda coloca que a modernização ocorre em um sentido concentrador e excludente, dificultando assim o acesso a terra para a maioria dos trabalhadores rurais brasileiros, ou seja, a terra está concentrada nas mãos de uma minoria.

---

<sup>11</sup> O posseiro é o lavrador pobre que não tem o título da propriedade da terra, produz agricultura de subsistência e comercializa o excedente dessa produção. Por ter situação jurídica indefinida não recebe apoio do Estado ou de qualquer autoridade local. (IANNI, 1978).

É nesse contexto que se esboça mais claramente toda uma política de apoio á grande propriedade, incentivando sua modernização e, de certa forma, ‘fechando a fronteira’ pela venda de grandes extensões de terra a projetos agropecuários ligados ao capital financeiro e/ou industrial [...]”GRAZIANO, da Silva, 1978, p.34)

O desenvolvimento do capitalismo se desenvolveu em meio da concentração da propriedade de terra, com o fortalecimento do latifúndio e do poder público. Sendo que o crescimento da produção depende da área cultivada.

Temos que reconhecer que o capitalismo trouxe muitos benefícios para os homens, facilitando em muito sua vida, mas por outro lado prejudicou muito as riquezas naturais, causando ameaças a sobrevivência humana. São criadas soluções para alguns problemas causando outras, não existindo um equilíbrio.

Com a tal modernização, [...] estão nos forçando a dedicar á monocultura. [...] Junto [...], estão vindo [...] técnicas agrícolas que não se casam com a Natureza. As nossas terras estão [...] mais pobres. [...]. Não é justo que continuemos com uma agricultura desse jeito. Nós precisamos ter responsabilidade sobre o futuro e [...] os bens naturais que teremos que deixar pra nossos filhos. (GRAZIANO NETO, 1982)

### **03 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM-RS**

Neste capítulo será abordado como ocorreu o processo de modernização na agricultura no município de Erechim. Será analisado quais os impactos causados pela mesma nesta região. As propriedades desta região eram formadas por pequenos produtores. As pequenas propriedades do município de Erechim no início da Colonização eram voltadas á produção alimentar sendo a força de trabalho familiar com energia humana e animal e com pouca quantidade de terras para produzir, sendo que as mercadorias eram vendidas para que o produtor conseguisse comprar outras mercadorias.

De acordo com Nédio Piran (2001) a agricultura passou por duas fases, a tradicional que iniciou-se com o processo de colonização, onde os pequenos produtores produziam para a própria subsistência, a policultura, e apenas o excedente era comercializado. Nesta fase os agricultores possuíam uma maior autonomia, pois são eles que produzem suas sementes, eles que decidem a tecnologia a ser utilizada e somente estão submetidos ao capital na hora da comercialização do produto. Esta fase perdura até os anos 50 e início da década de 60, onde ocorre uma crise na agricultura tradicional que é provocada especialmente pelo esgotamento do solo, pelos baixos preços dos produtos e elevado custo das novas tecnologias com isso ocorre uma imigração dos pequenos produtores para outras regiões como por exemplo o Oeste Catarinense, e é neste contexto que iniciou-se o processo de modernização nesta região. (Piran, 2001).

A segunda fase de acordo com Piran (2001) vai dos anos 1960 aos anos 1980 onde a produção principal passa a ser o trigo, sendo que Erechim foi contemplado como sendo a capital do trigo e na sequencia o soja que perdura até os dias atuais, sendo que estes produtos são uma demanda do mercado externo, e os agricultores precisam adequar-se aos métodos de plantio destas culturas. Ainda de acordo com o autor algumas das principais características da modernização na agricultura na região de Erechim são: Créditos baratos, melhoramento genético, Programas internacionais, criação de crédito cooperativo entre muitos outros. É nesta fase que as culturas são modificadas, insere-se maquinários modernos na produção, a paisagem desta região é modificada, em relação ao início da colonização.

Com a modernização novos padrões são adotados no campo como o horário de trabalho por exemplo, antes com a utilização das técnicas tradicionais, o agricultor era quem decidia seu horário de trabalho, geralmente trabalhava de sol a sol. Com a modernização e a instalação da indústria agrícolas os agricultores passam a cumprir horário, pois precisam alimentar as aves os suínos, ordenhar as vacas leiteiras por exemplo.

Desde a implantação do processo de modernização ocorrem algumas transformações no campo, como aponta Nedio Piran, a primeira é a força de trabalho familiar, onde as famílias tem cada vez menos filhos e estes quando constituem suas famílias, não permanecem na casa dos pais, geralmente ou optam por viverem na agricultura, mas em outra propriedade, ou migram para a cidade em busca de emprego nas indústrias, ou seja, os jovens não permanecem mais no campo, e estabelecem-se muito cedo por conta própria (Piran, 2001)

Com isso ocorre um aumento na contratação de mão de obra assalariada, mesmo com a introdução das técnicas modernas, sendo que estas cada vez mais, são inacessíveis os pequenos produtores que não possuem nenhuma acumulação de capital. Nédio Piran nos afirma que na colônia de Erechim 93,33 % da mão de obra utilizada na lavoura é familiar, sendo que a mão de obra assalariada é um componente do capitalismo. Os trabalhadores assalariados trabalham nestas propriedades temporariamente, por baixos salários e muitas vezes apenas por troca de roupa e comida.

Inicialmente a cidade de Erechim era caracterizada pelas pequenas propriedades rurais, sem grandes latifundiários, cada produtor produzia conforme sua capacidade financeira sendo que nos primeiros anos as terras eram muito férteis e somente com os adubos naturais era possível se conseguir uma boa produção. Os colonos cultivavam feijão, milho, trigo entre outros cereais desmatavam as áreas possíveis e cultivavam a policultura. Na agropecuária a principal produção era a suinocultura, que prevaleceu como predominante até a pouco tempo, sendo que até os dias atuais muitos produtores criam suínos.

Outro fator é a mão de obra predominante nas grandes e pequenas propriedades, sendo que para conseguir um trabalho assalariado no campo é difícil nesta região, pois as grandes propriedades utilizam maquinários o que demanda cada vez menos mão de obra assalariada, e os contratos são apenas temporários para a época do plantio, após isso estes trabalhadores ficam desempregados, já na pequena propriedade a família conta com um grande número de membros que ajudam na produção, não necessitando o contrato de assalariados.

Ainda de acordo com Nédio Piran, no período entre 1940-1975 os grandes estabelecimentos aumentaram suas áreas enquanto os pequenos cada vez ficaram menores. O número de pequenos proprietários cada vez aumentava mais, enquanto o de grandes proprietários não crescia tão rapidamente. Como nos mostra Nédio Piran.

A soja é, assim, um “bom negócio” que estimula o avanço da grande exploração sobre a pequena e permite a acumulação no setor urbano-industrial (comércio, indústria e setor financeiro). Os pequenos produtores que também entram neste negócio, enfrentam o forte condicionante do diminuto tamanho de seus estabelecimentos, resultando daí: o abandono da policultura comercial e de

subsistência e consequente dependência da monocultura do soja; prejuízos ao meio ambiente; endividamento do setor urbano-industrial: perigo de perda das terras e proletarianização urbana ou migração para a fronteira agrícola. (PIRAN, 1980, p.18)

O soja que é considerado um bom negócio, porém isso somente para os grandes proprietários, sendo que os pequenos que entram neste negócio acabam encontrando dificuldades para manter esta cultura, pois acabam endividando-se, causam prejuízos ao meio ambiente, abandonam o cultivo da policultura, que é destinado a sua subsistência, pois possuem propriedades muito pequenas para este cultivo que requer muitos investimentos. O cultivo do soja então se torna um bom negócio somente para o grande proprietário que possui terras suficientes para lucrar com esta cultura.

Os pequenos produtores até produzem e vendem razoavelmente, porém ficam com uma renda cada vez menor devido aos altos custos de produção, em relação a pequena propriedade e ao preço do produto ser inferior ao custo da produção.

A década de 1960 é marcada pela liderança da produção de soja, e é a partir daí que fatores como o uso de tecnologias nas propriedades avançam para uma histórica desigualdade no campo. Os produtos produzidos para a subsistência dos agricultores são substituídos para os produtos destinados à exportação e que teoricamente rendiam mais lucratividade, objetivo central da modernização na agricultura e que como podemos perceber não foi diferente no município de Erechim.

Reduzidas as taxas de juros para empréstimos Rurais.

RIO, 23 (VS) - Depois de entrevista com o ministro da fazenda e o Presidente do Banco do Brasil, o Mal. Costa e Silva concordou com a redução de 25 por cento nos juros incidentes sobre empréstimos tomados por pequenos produtores e em [...] por cento aos cobrados dos grandes produtores rurais, fixando-os em 9 e 15 por cento, respectivamente.

A medida vai beneficia 500 mil agricultores e mais de 100 mil ruralistas que operam diretamente com o Banco do Brasil, trazendo reflexos na estabilização do custo de vida. (Jornal A Voz da Serra. Erechim 23/01/1969 N°40)

Como podemos perceber pela notícia do Jornal de circulação do município de Erechim, os juros cobrados pelos financiamentos destinados a adequação dos pequenos produtores á modernização no campo, eram uma dificuldade principalmente para o pequeno produtor, que o pouco de sua colheita já estava destinado ao pagamento do financiamento e lhes restava pouco ou nada de lucratividade, ou seja, o lucro do pequeno produtor é destinado ao pagamento do crédito.

Considerando que esta cultura requer muitos investimentos, e que para isso os agricultores precisam recorrer a financiamentos, para a aquisição de máquinas, sementes,

insumos e defensivos agrícolas, e nem todos possuíam condições para o cultivo desta produção, que dependia de muito investimento na terra, sendo necessário também uma considerável área de terra para produzir, pois em terras “dobradas” que por sinal é uma característica desta região, o cultivo desta cultura fica ainda mais difícil.

#### Mecanização da Agricultura

Trabalhando a terra com enxada, um homem pode cultivar um quarto de hectare (2500 m<sup>2</sup>), que poderão produzir 375 quilos de arroz ou 200 quilos de feijão ou 250 quilos de milho. Se em vez de enxada, usar um arado de tração animal, cultivará 12 hectares, que poderão lhe proporcionar uma colheita de 18.000 quilos de arroz ou 9.600 quilos de feijão ou 1200 quilos de milho. Mas com um trator CBT de 72 RP na barra de tração (que puxa um arado de 6 discos de 28 polegadas, poderá arar e gradear uma área 20 vezes maior, isto é, 240 hectares, cuja a produção corresponde em arroz a 350 toneladas, em feijão a 352 toneladas e em milho a 240 toneladas. (Jornal A Voz da Serra. Erechim 19 de Maio de 1964. N°75)

Esta notícia do Jornal A Voz da Serra do município de Erechim (1964), nos mostra os ganhos que o produtor terá em sua produção se optar por utilizar os meios mecânicos para o plantio, ou seja, é um incentivo para o produtor adquirir os meios modernos para o plantio, pois assim sua lucratividade será muito maior. Sendo que muitos dos pequenos agricultores fascinados com a possibilidade de produzir uma cultura que lhes rendesse mais lucratividade optavam por se adequar aos meios que a modernização estava lhes oferecendo como pode se verificar nos quadros a baixo, sem contar que com estes meios estariam endividados e a possível lucratividade que teriam a mais seria destinada ao pagamentos dos créditos oferecidos.

A modernização para o pequeno produtor acarreta apenas no aumento do custo da produção, sem muitas mudanças na lucratividade. Embora o pequeno produtor irá produzir mais, acabará lucrando menos, devido aos custos da produção.

#### Crédito Rural Aplicado com Êxito na região

A aplicação de Crédito Rural Educativo, nas suas diversas modalidades, conjugado á Extensão Rural, revelou-se como um elemento dinamizador de grande valia no processo de modernização da agricultura gaúcha. Criou condições de viabilidade para a adoção de novas práticas nas explorações agropecuária em 94 municípios, onde operam os extensionistas da Associação Sulina de Crédito de Assistência Rural – ASCAR.

Esta influência favorável na melhoria dos índices e produtividade de diversas explorações agrícolas e pecuária evidenciam dados apresentados em Relatório do Escritório de Supervisão Regional de Erechim da ASCAR, responsável pela execução dos trabalhos nos municípios de Aratiba, Campinas do Sul, Erechim, Gaurama, Getulio Vargas, Marcelino Ramos e Maximiliano de Almeida.

Assim, durante o mês de janeiro ultimo, naqueles sete municípios foram encaminhadas propostas de Crédito Rural pelos extensionistas aos Estabelecimentos bancários no valor de NCr\$ 484.292,00 destinado a maior produtividade e rentabilidade das empresas rurais, tais como recuperação e conservação do solo, mecanização, formação de pastagens, aquisição de reprodutores, instalações,

benfeitorias e armazenamento.

Mais Eficiente

Ao explicar as diversas modalidades do Crédito Rural Educativo - Orientado Habitacional e Juvenil – o eng. Agr. Bento Pires Dias Superintendente da ASCAR acentuou que a entidade articulou-se mediante convênios com o Banco do Brasil, BRDE, BERGS, União dos Bancos Brasileiros e Banco Nacional do Comércio. Esta articulação – salientou – tem o propósito de canalizar crédito para os agricultores e suas famílias, não como simples intermediário, mas com a finalidade de adequar os empréstimos a função educativa que preside e caracteriza todo o trabalho extensionista. Apoiando a ação educativa – frizou – o crédito aumenta-lhe a eficácia, pois faculta os meios com os quais o agricultor pode levar a prática o que aprende, contribuindo assim para acelerar o processo de modernização da agricultura gaúcha. (Jornal A Voz da Serra. Erechim, 13/05/1969)

Percebe-se que o crédito rural oferecido pelo governo foi muito bem aceito pelos produtores, pois estes viram neste financiamento uma possibilidade de aumento de produção, assim como até mesmo de suas propriedades, principalmente os pequenos produtores que inicialmente cultivavam a policultura para a subsistência de suas famílias e para a comercialização.

Não faltarão recursos para o agricultor.

O Banco do Brasil e o Banco Central estão inteiramente integrados na Campanha de incentivo á agricultura que o Governo acaba de lançar. Não faltarão recursos para o agricultor.

O presidente das duas entidades de créditos, srs. Nestor Jost e Ernâne Galveas, já anunciaram, inclusive, que não haverá limite de recursos. O Gôverno aplicara o que for necessário para aumentar a produção.

562 Mil contratos

Atendendo a expressa determinação do Presidente Garrastazu Médice o Gôverno está decidido a aumentar as facilidades para que, neste ano, o número de lavradores que recebam financiamento do Banco do Brasil seja ainda maior que no ano passado, quando já foi assinado mais de meio milhão de contratos.

[...]

Simplificação.

O Banco do Brasil, que já vinha dispensando várias exigências, esta simplificando ainda mais o rendimento ao lavrador, deixando de pedir uma série de certidões, eliminando a burocracia a te mesmo certos controles de garantia, ara tornar mais efetiva sua participação na campanha de aumento da produção.

Em muitas agências do Banco do Brasil, no interior, os lavradores já obtem o seu financiamento no mesmo dia em que é feito o pedido. Além disto, a nota e a cédula rural estão sendo revistas para tornar mais fácil o crédito ao agricultor.[...] (Jornal a Voz da Serra. Erechim 23/08/1970)

Como pode-se perceber o governo disponibilizava todo o acesso possível para que o pequeno agricultor adquirir créditos para se adequar as técnicas de produção modernas, para que o mesmo abandonasse o cultivo da policultura e se concentrasse no cultivo do soja que era o principal produto destinado a exportação e que rendia/rende uma maior lucratividade ao produtor, então o pequeno produtor “atizado” pelos créditos de fácil acesso ofertados pelo governo lançava-se neste cultivo. Além dos créditos oferecidos para a aquisição de maquinários agrícolas como o trator por exemplo, que é um grande facilitador do plantio.

### 3.1 COOPERATIVISMO

Outro fator que veio em encontro com a modernização no campo são as cooperativas, que no caso da cidade de Erechim a primeira a surgir foi a Vit-Vinicola no ano de 1920 sendo que além destas outras surgiram, mas não permaneceram por muito tempo ou juntaram-se a Cotrel.

Em 25 de setembro de 1957 é então fundada a Cooperativa Triticola de Erechim (COTREL) com o objetivo de fornecer subsídios para os agricultores e suas produções. A Cooperativa abrange 23 municípios da região, sendo a matriz localizada em Erechim – RS e as filiais nos municípios. A mesma disponibiliza de técnicos agropecuários para auxiliar os produtores em seus cultivos, auxiliando-os nas melhores sementes a serem utilizadas assim como na quantidade de inseticidas a ser inserida nas plantações, embora as cooperativas não tenham sido criadas no processo de modernização, podemos perceber que a ajuda que a cooperativa oferece aos agricultores ajuda-os neste processo. A COTREL abrange tanto os pequenos como os grandes produtores, sendo que os grandes aproveitam melhor.

A COTREL foi umas das maiores cooperativas gaúchas, apesar de atualmente ter perdido força, foi criada inicialmente para satisfazer as necessidades dos produtores com a comercialização e armazenagem dos produtos, com a produção do soja em alta principalmente na década de 1970 e o governo apoiando esta cultura com financiamentos para que o agricultor se modernizasse e aderisse a esta produção, muitos agricultores foram associando-se a esta cooperativa que ganhou cada vez mais força. Este é o ano em que a cooperativa passa a abrir filiais nos municípios vizinhos para atender as primeiras necessidades de insumos e inseticidas para os produtores do campo

As cooperativas possuem silos para a armazenagem dos produtos dos agricultores o que facilita a vida dos mesmos, sendo que estes terão onde deixar o produto até que decidam pela venda do mesmo, sendo que a própria cooperativa cuida disso também. Com a ajuda deste órgão na preparação do solo e no combate as pragas o agricultor produz mais e melhor. Com o passar do tempo e os agricultores aderindo cada vez mais aos processos tecnológicos no campo, a Cooperativa também passa a se inserir neste contexto moderno e passa a auxiliar os produtores neste novo processo. Percebe-se que a COTREL nasce associada ao trigo e atualmente á soja, produtos estes destinados á exportação e cultura esta financiada pelo governo.

Cotrel exportará Soja por Santa Catarina  
Esteve em nossa cidade o SR. Jaci Cruz Lima, Diretor Presidente da Empresa Marítima Comercial Ltda., de São Francisco do Sul Santa Catarina, com a finalidade

única de tratar junto aos dirigentes da Cooperativa Triticola de Erechim Ltda., da exportação de soja por aquele porto marítimo

Após um ampla explanação a COTREL ira exportar 12 il toneladas por aquêlo porto e será a primeira vez pelo porto de São Francisco do Sul, uma vez que nos anos anteriores Ra pelo porto de Paranagua.

A COTREL irá exportar na presente safra cerca de 300.000 mil sacas de soja pelos portos de Rios Grande, Porto Alegre e São Francisco do Sul, que possui o maior porto natural de Santa Catarina.

Quando de sua esplantação salientou o Sr. Jaci Cruz Lima, que o porto de São Francisco do Sul está em perfeitas condições de atender em alto grau, pois atualmente possui um armazém administrado e equipado pela SIBRAZEM, com capacidade mínima de 1.000 toneladas diárias [...] (Jornal a Voz da Serra. Erechim 14/05/1970)

A Cooperativa Triticola de Erechim tornou-se uma facilitadora para os pequenos produtores se inserirem no processo de modernização, esta incentivava o cultivo do soja que era destinado a exportação como vimos na noticia do jornal local acima. E oferecia subsídios para os agricultores que se associassem a mesma.

### 3.2 INFLUÊNCIA DO SINDICATO E DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE ERECHIM

Outro fator que teve forte influência no processo de modernização, foram as construções de barragens na região, que o governo anuncia em 1970 e que causa inquietações nos proprietários que seriam então atingidos, este processo teve grande influência na vida dos pequenos agricultores que eram muito “apegados” a terra, e este já era um motivo importante para a luta contra a construção de barragens.

O capitalismo avançava com força de exploração, e com a instalação de tantas industrias é necessário que se tenha muita energia e a tendência é que as grandes empresas explorem cada vez mais os recursos naturais como é o caso da construção de barragens, estas vendem a ideia de desenvolvimento para convencer a população, porém esta mesma população fica sem apoio nenhum perde suas terras e em muitos casos não são indenizados por isso, ficando sem ter condições de continuar a vida. Os pequenos produtores que são obrigados a deixar suas propriedades em função da construção de barragens, migram para as cidades aumentando a marginalização e o desemprego nestas, onde se fossem indenizados com novas propriedades poderiam contribuir no abastecimento de alimentos para as cidades.

O governo não possuía um diálogo com os agricultores que seriam atingidos, sendo que isso teve uma mudança com a criação do MAB (Movimentos dos Atingidos pelas Barragens), onde o governo passa a propor ações para estes, como indenizações por exemplo,

que por muito agricultores não foram aceitas devido ao histórico de não recebimento de outras regiões já atingidas. Sendo que para alguns agricultores, esta ação foi vista como uma maneira de melhorar de vida, de migrar para a cidade em busca de melhores condições. É importante destacar também que o MAB luta tanto para a preservação da terra como também do território da região do Alto Uruguai.

Além do MAB, podemos destacar outra organização no alto Uruguai que é o Movimento Sindical Rural (MSR), que inicia-se na década de 1970. A base de fundação deste movimento são os pequenos proprietários.

O MSR tem por objetivo a defesa de seus direitos, assim como os outros movimentos. Na região do Alto Uruguai, sua origem se dá com o fim do milagre do soja e o empobrecimento do solo, os elevados custos dos insumos, os baixos preços dos produtos, excedentes estes que excluem ainda mais o agricultor familiar. (Piran, 2001)

### 3.3 DADOS CENSITÁRIOS IBGE E ANÁLISE

Quadro 1 – Grupo de área total - Erechim-RS – 1960 - 1973

	<u>Estabelecimento 1960</u>	<u>Área (ha) 1960</u>	<u>Estabelecimento 1973</u>
0 – 5	81	290	312
5 – 10	238	1.697	324
10 – 20	1.401	19.679	1.344
20 – 50	2.606	73.430	1.887
50 – 100	485	29.162	117
100 – 200	57	7.162	68
200 – 500	31	9.895	23
500 – 1000	10	6.672	11
1000 - 2000	3	3.794	9
Total:	4.912	151.781	4.095

Fonte: IBGE - INCRA

De acordo com a tabela percebe-se que as propriedades de até 50 há prevalecem nesta região devido a colonização, tanto em 1960 quanto em 1970, ou seja, é possível afirmar que Erechim é composto por pequenas propriedades rurais. Sendo que o número de latifundiários em Erechim é pequeno como nos afirma Ernesto Cassol:

O resultado deste processo ai esta: o significado e o crescente distanciamento entre a grande e a pequena propriedade, a capacidade crescente de uma se modernizar, e a crescente capacidade da outra se modernizar, a crescente extremação da concentração e fragmentação da propriedade. (CASSOL, 1997)

Quadro 1.1 Número e Área dos estabelecimentos agropecuários segundo utilização de terra em Erechim – 1960 – 1970.

<b>Lavouras</b>	Permanentes	Temporárias
1960	2.887	4.881
1970	1.751	2.967
<b>Área há</b>	Permanentes	Temporárias
1960	4.042	64.073
1970	1.770	35.050

Fonte: Censo Agrícola 1960, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

Fonte: Censo Agropecuário 1970, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

De acordo com os dados do quadro acima, podemos afirmar que a diminuição das lavouras permanentes e temporárias nesta região da década de 60 para a de 70, assim como a diminuição da utilização da terra das mesmas é fruto dos impactos causados pela modernização nesta região, onde o pequeno produtor que não consegue manter-se no campo, sai deste em busca de outra atividade para sua sobrevivência.

Quadro 1.2 - Número de Estabelecimentos agropecuários, segundo a atividade predominante em Erechim 1960 – 1975

	Agricultura e Pecuária	Pecuária	Horticultura e Floricultura	Avicultura	Apicultura, Cunicultura e Sevicultura	Invernadas e Campos de Engorda	Extração Vegetal	Atividades diversas	Total
1960	3.728	1.147	_____	_____	_____	1	34	2	4.912
1975	1.844	437	22	8	_____	_____	36	_____	2.347

Fonte: CENSO AGROPECUARIO 1975; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

Fonte: FONTE: CENSO AGRICOLA 1960; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

Quadro 1.3 - Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo utilização das terras em Erechim 1960 – 1975

	Agricultura e Pecuária	Pecuária	Horticultura e Floricultura	Avicultura	Apicultura, Cunicultura e Sevicultura	Invernadas e Campos de Engorda	Extração Vegetal	Atividades diversas	Total
1960	109.572	40.552	_____	_____	_____	25	1.530	102	151.781
1975	60.761	11.472	222	107	_____	_____	1.073	_____	73.635

Fonte: CENSO AGROPECUARIO 1975; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

Fonte: FONTE: CENSO AGRICOLA 1960; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

Considerando que a pequena propriedade rural é uma característica desta região, o que

se fortalece são os pequenos agricultores tecnificados, ou melhor, aqueles que conseguiram acompanhar o processo de modernização, pois muitos destes foram expulsos das terras caracterizando assim um grande êxodo rural, como pode se verificar nos quadros acima, onde da década de 1960 para a década de 1970 ocorre uma diminuição tanto no estabelecimento quanto em seus áreas.

Desde o início da história os agricultores familiares são policultores, ou seja, produzem culturas diversificadas. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre o abandono da policultura e a opção pela monocultura, geralmente a produção do soja. A modernização modificou a agricultura familiar desta região, como pode-se verificar nos quadros acima.

Quadro 1.4 - Área cultivada em Erechim – 1960 – 1970

	Área (ha)	%
1960	4.770	1,42
1970	9.708	2,31

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. Lavouras temporárias por microrregião 1947/1972. Porto Alegre /s.d./.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1973. Porto Alegre, IBGE, 1973.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1976. Porto Alegre, IBGE, 1976.

Quadro 1.5 - Área cultivada da soja, por microrregião, no Rio Grande do Sul. 1960-1970. Região de Erechim.

	Área (ha)	%
1960	4.918	2,94
1970	54.250	6,28

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. Lavouras temporárias por microrregião 1947/1972. Porto Alegre /s.d./.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1973. ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1976. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

Quadro 1.6 - Área cultivada do trigo, por microrregião no Rio Grande do Sul. Região de Erechim. 1960-1970.

	Área (há)	%
<b>1960</b>	110.768	11,68
<b>1970</b>	121.160	8,26

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. Lavouras temporárias por microrregião 1947/1976. Porto Alegre /s.d./.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1973. Rio de Janeiro, IBGE, 1973. ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL -1976. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

O cultivo do trigo rendeu a Erechim o nome de “A capital do trigo”. Isso porque as terras eram favoráveis a esta cultura, pois utilizava-se somente da tração animal para o cultivo, devido as terras serem de difícil utilização de maquinário. Com a modernização no campo e a utilização de maquinários na lavoura Erechim acaba perdendo este título para a

cidade de Cruz alta, e com isso outras culturas ganham espaço como é o caso do soja que até os dias de hoje é predominante nesta região. (Cassol, 1979). Sendo que o trigo continuou sendo muito produzido nesta região de Erechim, assim como o é até os dias atuais.

A colonização da região de Erechim foi caracterizada também pela estrutura fundiária assentada na pequena propriedade rural. No início, o objetivo era estimular a policultura alimentar destinada ao mercado urbano interno. Essa característica foi marcante até a década de 1940. Até então, a agricultura era mais tradicional, com uma produção de subsistência associada ao comércio de grãos (trigo e milho), ao aproveitamento da erva-mate (em que a secagem era realizada nos barbaquás e carijos), pelo beneficiamento da madeira, entre outras atividades. Semelhantemente a muitos municípios brasileiros, nos quais a ocupação inicial foi assentada na produção de grãos, após 1970 a agricultura passou a ser mais tecnificada, com predominância da produção de soja e milho e a agroindustrialização de parte dessa produção. O resultado foi um êxodo rural expressivo, em que parte urbana de Erechim foi destino de boa parte da população rural municipal e regional. Com isso, a urbanização crescente, a dinamização das agroindústrias, do comércio e dos serviços foram características que marcaram o desenvolvimento de Erechim no último quartel do século XX (NOGARO; PIRAN; ZAFFARI, 1996).

Outro fator importante a se destacar no processo de modernização é o fato de esta ser totalmente excludente, onde privilegia poucas culturas, onde é o caso do trigo que sua cultura ocorre antes do plantio do soja o que é um facilitador para a produção desta e principalmente do soja, como pode se verificar nos quadros acima o grande aumento do cultivo desta cultura, a lavoura fica totalmente atingida pelo processo econômico.

A partir dos anos 60 ocorre um crescimento “absurdo” na produção de soja na região de Erechim-RS, como nos mostra o quadro 1.5, devido as condições favoráveis a esta cultura, como os bons preços ofertados pelo mercado internacional e o fácil acesso ao crédito ofertado pelo governo, assim ocorre uma substituição dos produtos voltados para o mercado interno, como os produzidos para a própria subsistência do produtor em favor do cultivo do soja.

A soja aparece como uma cultura principal de exportação e entre 1960 e 1970 tem um crescimento extraordinário neste município como demonstra o quadro a cima, tanto em área cultivada como em valor de produção. Outros produtos demonstram um pequeno crescimento, porém em escala muito menos que o soja, como nos mostra o quadro 1.2 e 1.3.

É importante destacar que o cultivo do soja provoca um esgotamento no solo, devido a utilizações do fertilizantes no combate as pragas<sup>12</sup>, sendo esta uma cultura que requer muito investimento, é necessário possuir uma quantidade de terras favoráveis para se obter lucratividade com esta produção, caso contrário, as chances de o pequeno produtor se

---

<sup>12</sup> Não foi possível encontrar os dados do censo quanto a utilização de fertilizantes na lavoura entre 1960 e 1970.

endividar são grandes, pois em pequenas propriedades o custo da produção acaba sendo maior que o preço dos produtos, sendo que como demonstra o quadro acima na década de 1970 ocorre também uma desigualdade da distribuição de terras no município de Erechim.

Quadro 1.7 - Máquinas e Equipamentos agrícolas – Região<sup>13</sup> Erechim – 1960-1970.

	<b>Tratores Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Arados Absoluto</b>	<b>%</b>
1960	1.218	8,03	107.992	26,32
1970	4.920	12,30	186.321	29,02

FONTE: CENSO AGRÍCOLA DE 1960; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO; Rio Grande do Sul, 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

Quadro 1.8 - Evolução do número de estabelecimentos por extrato de área e região de programação. Região de Erechim – 1960-1970

Número de Estabelecimentos

	<b>0 á -10ha</b>	<b>10 á -50ha</b>	<b>50 á -100ha</b>
<b>1960</b>	24.933	67.809	5.429
<b>1970</b>	51.446	80.172	4.187
	<b>10 á 100 ha</b>	<b>100 á 500 ha</b>	<b>500 á 1000ha</b>
<b>1960</b>	73.238	1.011	73
<b>1970</b>	84.359	1.096	138
	<b>100 á -1000ha</b>	<b>+ de 1000 ha</b>	<b>Total de Estabelecimentos</b>
<b>1960</b>	1.084	29	98.302
<b>1970</b>	1.234	31	

FONTE: CENSO AGRÍCOLA DE 1960; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO; Rio Grande do Sul, 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

Quadro 1.9 - Principais Regiões produtoras de trigo e efetivo de tratores no Rio Grande do Sul. Erechim –RS. 1970.

<b>Área (há)</b>	<b>Tratores Unidades</b>	<b>% S/Total de Tratores</b>	<b>ha/tratores</b>
121.160	1.733	4,33	70

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: a agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978, 9.62.

Quadro 2.0 - Evolução de área mecanizada da lavoura tritícola, por região de programação no Rio Grande do Sul. Região de Erechim-RS<sup>14</sup>. 1960-1970

<b>Safras</b>	<b>Mecanizada</b>	<b>Não Mecanizada</b>
1962/63	34	66
1970/71	69	31

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TRIGO: safra 62/71. Porto Alegre, Comissão Central de Levantamento e Fiscalização de Safras Triticolas, 1968/1971.

Uma forma de acumulação de capital na lavoura é a introdução de mecanização, sendo

<sup>13</sup> Região de Erechim, inclui-se os municípios ao redor.

<sup>14</sup> Abrange municípios ao redor

que com esta a produção aumenta, aumentando assim o capital. Nota-se que com o cultivo do soja, e o aumento da mecanização nas propriedades a força humana e animal acaba sendo substituída pela força mecânica sendo necessária cada vez menos mão de obra.

Os defensores do capitalismo no campo defendem que um maior desenvolvimento na agricultura, somente será viável através da utilização da mecanização, estes de acordo com a economista Maria Eloisa Lenz alegam que a baixa produtividade no campo ocorre pelo mesmo não possuir capacidade técnica, pelo mau uso da terra e a falta de fertilidade, entre outros e não necessariamente pela estrutura da propriedade, sendo que assim a estrutura mantém-se intacta, e a modernização acaba por favorecer somente o grande latifundiário.

A transformação ocorrida com a modernização modificou as condições de produção do produtor, que voltou-se para uma produção capitalista, onde o objetivo principal passa a ser a lucratividade. A partir do processo de industrialização da agricultura percebe-se um crescente aumento no número de tratores de 1960 para 1970. (quadro 1.7) A produção do soja foi a causa de uma maior utilização de maquinário no processo produtivo nas pequenas e média propriedades.

É importante ressaltar que a tecnificação na agricultura ocorre de maneira desigual, assim como as áreas beneficiadas, sendo que agricultores com terras muito dobradas que aliás é uma característica desta região, a introdução de maquinário na lavoura fica difícil.

Na década de 1970 a expansão agrícola se baseava em um novo padrão, que estava baseado na mecanização, com a utilização de tratores e fertilizantes que passaram a ser elementos fundamentais neste novo processo. Estes novos modos para a produção estavam voltados principalmente para os produtos destinados á exportação, pois as políticas de governo facilitavam créditos para aqueles que optassem por produzir estas culturas voltadas para o mercado externo.

Quadro 2.1 – Financiamentos Obtidos de Entidade Governamental – Erechim – 1970

Para Investimento	850 (20,8 %)
Para Custeio da Produção	1.201 (29,1 %)
Para Comercialização da Produção	25 (0,6 %)
Total	2.076

Fonte IBGE

Os dados<sup>15</sup> acima nos mostram qual o destino que os agricultores davam para os financiamentos que adquiriam, percebe-se que a grande maioria investia no custeio da produção, ou seja, na aquisição de sementes e fertilizantes para a produção, muitos utilizavam também para investimentos em tratores e maquinários agrícolas. Como já visto a cima em notícia do Jornal A Voz da Serra, o Banco do Brasil era um grande facilitador de crédito para os agricultores aderirem às técnicas modernas, porém é preciso levar em consideração que nem sempre a quantidade produzida era suficiente para o pagamento dos créditos adquiridos.

Quadro – 2.2 População Urbana e Rural – Erechim – 1960 a 1970

<b>Anos</b>	<b>Total da População</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>
1960	65.972	29.590	36.382
1970	48.677	33.934	14.743

Fonte IBGE – Censo Demográfico

De acordo com os dados apresentados no quadro 2.2, percebe-se que entre os anos 1960 e 1970 há uma diminuição na população de Erechim. Percebe-se também que no ano de 1960 a população rural era maior que a urbana, já na década de 1970 ocorre um êxodo rural.

Pois ainda na década de 1960 o pequeno agricultor conseguia sobreviver com a produção da policultura, já a partir da década de 70 que a modernização toma mais força, e as pequenas propriedades que não conseguem se modificar, acabam saindo do campo e migrando para a cidade, pois se optarem pela modernização há grande possibilidade de endividarem-se tem o fato também da força de trabalho familiar ficar cada vez menos, o que dificulta ainda mais a permanência destes pequenos produtores no campo.

Neste contexto após 1970 a população urbana tem um crescente aumento em relação a população rural. Em 1970 a população urbana ultrapassa a rural cerca de 69,68 % e a partir deste ano a população urbana só aumenta. (ALMEIDA, ALVES 2007)

---

<sup>15</sup> Não foi possível encontrar os dados referentes aos anos 1960, mas de acordo com o contexto, pode-se afirmar o destino dos financiamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar o significado deste processo de modernização agrícola no município de Erechim, e os seus impactos decorrentes neste município, sendo que a análise demonstrou um agravamento das questões ambientais desta região, que modificou-se muito desde a colonização, assim como uma exclusão social com grande êxodo rural. Buscou-se também, entender quais as consequências desta no município de Erechim.

Levando em consideração a realidade desta região analisada, os principais responsáveis pela modernização na agricultura de Erechim foram o fácil acesso aos créditos ofertados pelo governo, que permitiu que o pequeno produtor se modernizasse com facilidade, abandonando o cultivo da policultura para aderir a produção da monocultura, principalmente o soja como pode-se verificar na comparação disponibilizada pelos censos agropecuário de 1960 e 1970, onde nesta região houve um grande aumento desta produção o que indica a aderência dos agricultores á essa cultura, que de acordo com os discursos governamentais deste período trariam uma melhor condição de vida para o produtor.

Nesta comparação entre como deu-se o processo de modernização, pode-se verificar que no município de Erechim este foi intenso com diferenças bastante marcantes entre as décadas de 1960 e 1970 o que comprova a adesão destas novas técnicas pelos produtores desta região. Com base neste estudo pode-se afirmar que a modernização no campo em Erechim não foi diferente de outras regiões deste país. Percebe-se que as cooperativas também adequaram-se á modernização como é o caso da COTREL, que atende as demandas dos produtores até os dias atuais, sendo que a mesma passa a ser uma incentivadora deste processo com disponibilidade de técnicos, silos e todo o apoio necessário para o agricultor.

Problemas sociais gerados pela escolha da modernização com a mão de obra á procura do setor urbano, causas da marginalização nas grandes cidades, a pressão dos grandes proprietários sob os pequenos e até mesmo a absorção da pequena e média propriedade, que são absorvidos pelo grande capital que passam a dominar a agricultura.

A modernização agrícola forçou mão de obra para a cidade, com o êxodo rural, o que baixou os salários no setor urbano, com isso o agricultor sai do campo em busca de melhores condições e que encontra são baixos salários, e passa a ter uma pior condição de vida o êxodo rural, onde a população urbana aumenta cada vez mais e a rural tende a diminuir. O êxodo rural é um dos fatores que comprova os malefícios causados pela modernização no campo, este pode ser comprovado pelo crescimento demográfico da cidade de Erechim, onde a população urbana é bem maior que a rural em 1970, ou seja cada vez mais o latifundiário

detêm o poder sobre o campo.

Verifica-se que a quantidade de pessoas que deixam o campo é elevadíssima, o que comprova o tipo de desenvolvimento adotado pelo campo, desenvolvimento este que é excludente, onde apenas uma parcela mínima da população, têm a capacidade de modernizar-se enquanto o restante busca outras formas de sobrevivência.

Nos resultados obtidos podemos verificar que a realidade da modernização brasileira, sendo esta excludente e conservadora, se repete no município de Erechim, onde às técnicas tradicionais foram abandonadas em favor das técnicas modernas. Os agricultores desta região atenderam a vontade do Estado, financiando suas lavouras para adequar-se a este novo modelo.

Com a introdução das técnicas modernas nesta região, o cenário que se tinha no início da Colonização é totalmente modificado, a relação que os colonos e os indígenas possuíam com o meio ambiente é transformada, cada vez mais áreas de mata são destruídas para formação de lavouras, tudo em busca da acumulação de capital.

A policultura perde espaço para os produtos destinados a exportação como é o caso do soja que teve um crescimento absurdo entre as décadas de 1960 e 1970 nesta região, as tecnologias mais simples são substituídas pelas mecanizadas, pelo uso de fertilizantes de sementes modificadas.

A população rural tem uma grande diminuição, o que explica a criação de tantos municípios ao redor de Erechim e o que podemos afirmar como sendo exclusão da modernização, sendo que estes migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, que o campo já não pode mais lhes proporcionar, pois os mesmos não tem condições de adequar-se às novas técnicas implantadas.

Fica a reflexão de até quando os camponeses sobreviverão as tentações de tantas propagandas, e a tantos problemas que enfrentam devido a estes avanços na agricultura. É necessário uma conscientização da população sobre esta realidade, sendo que cabe avaliar os aspectos positivos e negativos desta modernização levando em consideração todos os fatores aqui analisados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira I** - Porto Alegre: FEE, 1990

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33- 45.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território**, Revista Geografia Agrária, 2006.

\_\_\_\_\_. Impactos decorrentes da modernização da agricultura Brasileira1/decurrent impacts of the agriculture modernization in Brazil. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRUM, Argemiro Jacob. **Reforma agrária e política agrícola**, Ijuí: UNIJUI Ed, 1988. 65p

BUENO, Ricardo. **Porque faltam alimentos no Brasil? Reforma Agrária**. Petropolis, Vozes 2 ed. 96p.

BORDIM, Adriana. **A Colonização de Erechim a partir da demarcação de terras**. Universidade Regional Integrada – IRI, Campus Erechim. Maio de 1999.

CARRARO, Estevam. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim, 23/01/1969 N°40.

\_\_\_\_\_. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim 19 de Maio de 1964. N°75

\_\_\_\_\_. *Jornal a Voz da Serra*. Erechim 14/05/1970.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim. Centro de Ensino Superior de Erechim – CESE Histórico de Erechim**. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979. 280p.

CASSOL, Ernesto, **Estado e Colonização no projeto do Partido Republicano Rio Grandense: A Colônia Erechim**. In. Anais do VIII Encontro Estadual de Microistória. Erechim. Out, 1991.

CHIAPARINI apud GARCEZ, 1997, p. 13.

\_\_\_\_\_. **Barragens. Porque? Para quem?**. Perspectiva. Erechim, Ano 5. Novembro de 1980.

**Censo Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul - 1960**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

**Censo Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul – 1970**. Rio De Janeiro: Fundação IBGE, 1974.

COMTE. Augusto. **Curso de filosofia positiva ; Discurso sobre o espírito positivo ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo ;** Catecismo positivista / Auguste Comte ; seleção de textos de José Arthur Giannotti ; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril: Cultura, 1978

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. **A Expansão do soja no Rio Grande do Sul. 1950-75.** Porto Alegre, FEE, 1984.

COSTA. Israel José da. **Cinquentenário de Erechim 1918 - 1968.** Gráfica Trevo. 1968.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

Emater. disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>, acesso em 15, out. 2015.

FONT. Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim, Tempos Heróicos.** Empresa Gráfica Carraro Ltda. Erechim –RS, 1983.

Fundação de Economia e Estatística **A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul 1920-75.** Porto Alegre, 1979. 251 p.

Fundação de Economia e Estatística. **Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande Do Sul – Censos do RS 1960 – 1980.** Porto Alegre, 1984. 150p. Disponível em <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>, acesso em 15, set. 2015.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GRITTI. Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004. 216p.

GUIMARÃES, A.P. **O complexo agroindustrial.** Revista Reforma Agrária, ano 7, n.6, Nov/dez 1977.

IBGE, 1970. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em outubro de 2015.

KARNAL, Oscar da Costa. Subsídios para a História de Erechim. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1926 p.8

LENZ. Maria Eloisa. **Análise de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul, 1949-1977.** UFRGS. Ensaio FEE, V.1, nº1

LOPES, Henderson Marques. Instituto Vianna Júnior. Aarão Reis: **pensamento econômico,**

**social e político de inspiração positivista.** Engenharia e Obras Públicas no Brasil - 1880. Disponível em: <[http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo\\_00003.pdf](http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_00003.pdf)>. Acesso em: jun. 2015.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, Caetés, 1987.

MARTINS. José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Editora Vozes, 1984, Petrópolis – RJ. 134 p.

\_\_\_\_\_. **Militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MEDEIROS. Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo –SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

NETO. Antonio Ducatti. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre, EST, 1981.

NOGARO, Arnaldo; PIRAN, Gestine Cássia Trindade; ZAFFARI, Nely. **A história e as ações educativas das organizações sociais populares da cidade de Erechim/RS.** Erechim: São Cristóvão, 1996.

OSORIO SILVA, L. **As Leis agrárias e o latifúndio improdutivo.** In. Revista de São Paulo em perspectiva, V.11, n.2 abril 1997.

PIRAN, Nédio. **A pequena produção rural em Erechim: Um estudo de Caso.** Revista Perspectiva, Erechim, Ano7. 1980.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Fundiária no Rio Grande Do Sul.** Perspectiva Erechim, Ano 8 N° 27. Dezembro de 1983.

ROSS, J. L. S (Org). **Geografia do Brasil.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SCHMIDT. Remis Alice Perin. **Erechim: a cidade construída para imigrantes – poder simbólico na conquista do espaço urbano.** Porto Alegre, 2009.

SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica Sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sutfra no Alto Uruguai Gaúcho.** Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

SILVA. Diânice Oriane. **A nova modernização da Agricultura e suas conseqüências Socio-Ambientais –** Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo.

SOUZA. Luciana Rosa de. PEREIRA. Fernando da Silva. **Problematização da Reforma Agrária como política social no Brasil em anos recentes.** UNICAMP, Campinas – SP.

STEDILE. João Pedro. **A questão agrária no Brasil 1946 – 2003.** 1 ed, São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005. 240p.

\_\_\_\_\_. **A questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Política Fundiária do Governo e os Atingidos pela Barragens.** Perspectiva. Erechim – Ano 6 N°19. Dezembro de 1981.

TEDESCO. João Carlos. CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980.** O Master, indígenas e camponeses. EST Edições, Porto Alegre 2007. 1ed. P.159.

WEBER, Wilson Watson apud DUCATTI NETO, 1981, p. 19.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho, 1921. **Os meus Erechim.** São Cristovão, 1977, 221p.

ZANELLA. Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no alto Uruguai gaúcho.** 1937-2003. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.